



VILAREALSTºANTONIO

## EDITAL

**Reclamação sobre obra ilegal – Auto de Embargo  
Monte da Pita – Manta Rota – Vila Nova de Cacela  
João Carlos Francisco dos Santos – Impossibilidade de notificação**

(Notificação por Edital - alínea d), do n.º 1, do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo)

*João Filipe de Brito Sol Pereira*, Vereador do Pelouro, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 18 de Outubro de 2013, torna público que: -----

Na sequência da apresentação de várias reclamações, confirmadas pelo Núcleo de Fiscalização Territorial desta Câmara Municipal, sobre a construção ilegal de um compartimento em alvenaria sobre o 1.º piso da moradia sita no Monte da Pita – Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, abertura de um acesso à via pública, colocação de portão, assim como a construção de telheiro no alçado norte da moradia, procedeu-se ao embargo total das obras em 3 de agosto de 2016;-----

Tentou notificar-se pessoalmente o proprietário **João Carlos Francisco dos Santos**, no próprio local, mas o mesmo não se encontrava. Foram remetidos diversos ofícios, registados com avisos de receção, com os números 1240 e 1241, datados de 5 de agosto de 2016, 1335 e 1336 datados de 26 de agosto de 2016, e 1463, datado de 26 de setembro de 2016, para a residência acima descrita e também para o endereço: Rua da Boavista, n.ºs 6, 8 e 10 – Outeirada, 3105-034 Carnide Pombal, tendo os mesmos sido devolvidos a esta Câmara Municipal porque não foram rececionados pelo destinatário; -----

Assim, e nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo, **NOTIFICO João Carlos Francisco dos Santos**, com residência conhecida no



Município de Vila Real de Stº. António  
Praça Marquês de Pombal  
8900 - 231 Vila Real de Stº. António  
Tel. 281 510 000  
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Monte da Pita – Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, e também em Rua da Boavista, n.ºs 6, 8 e 10 – Outeirada, 3105-034 Carnide Pombal, na qualidade de proprietário, do conteúdo do Auto de Embargo anexo ao presente Edital, decretado por despacho do Vereador do Pelouro, datado de 28 de julho de 2016, e que dele faz parte integrante. -----

Mais se informa que foi mandado instaurar o competente processo de contraordenação, a que foi atribuído o n.º 44/2016, uma vez que não efetuou nenhum pedido de licenciamento para o efeito, tendo em conta que a operação urbanística realizada está sujeita ao Regime de Licença Administrativa prevista no n.º 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, adiante designado de RJUE, devendo cumprir as disposições aplicáveis preconizadas no Regulamento do Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António e demais legislação aplicável, que resultou na acusação também anexa ao presente EDITAL.-----

O desrespeito dos atos administrativos acima referidos e atendendo às disposições do n.º 1, do Artigo 100.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro na sua atual redação, forçará a Câmara Municipal a equacionar a possibilidade de instaurar o respetivo crime de desobediência, nos termos do artigo 348.º do Código Penal. -----

Em caso de incumprimento de quaisquer das medidas de tutela da legalidade urbanística previstas no RJUE, nos termos do n.º 1 do artigo 107.º do RJUE, sem prejuízo da responsabilidade criminal, o presidente da câmara pode determinar a posse administrativa do imóvel onde está a ser realizada a obra, por forma a permitir a execução coerciva de tais medidas. -----

Relativamente às despesas realizadas com a execução coerciva, dispõe o n.º 1 do artigo 108.º do RJUE, que as quantias relativas às despesas realizadas nos termos do artigo anterior, incluindo quaisquer indemnizações ou sanções pecuniárias que a Administração tenha de suportar para o efeito, são de conta do infrator. -----



Município de Vila Real de Stº. António  
Praça Marquês de Pombal  
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000  
Fax. 281 510 003

  
www.cm-vrsa.pt



VILAREALSTºANTONIO

Refere o n.º 2 do mesmo artigo que quando aquelas quantias não forem pagas voluntariamente no prazo de 20 dias a contar da notificação para o efeito, são cobradas judicialmente em processo de execução fiscal, servindo de título executivo certidão, passada pelos serviços competentes, comprovativa das despesas efetuadas, podendo ainda a câmara aceitar, para extinção da dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da lei. -----

O crédito referido no n.º 1 goza de privilégio imobiliário sobre o lote ou terrenos onde se situa a edificação, graduado a seguir aos créditos referidos na alínea b) do artigo 748.º do Código Civil, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo. -----

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e na morada onde se realizaram as obras em desconformidade com os preceitos legais. -----

Vila Real de Santo António, 16 de novembro de 2016. -----

Vereador do Pelouro,  
no uso de competência delegada por despacho do  
Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 18 de Outubro de 2013

  
João Filipe de Brito Sol Pereira



Município de Vila Real de Stº. António  
Praça Marquês de Pombal  
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000  
Fax. 281 510 003





REGISTO N.F.T. N.º 97/2016

VILAREALSTºANTONIO

## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

|  |   |                |
|--|---|----------------|
| DETERMINAÇÃO:  | Registado na Conservatória do Registo Predial, em                                   | PROCESSO       |
| <input type="checkbox"/> - Ordem de Serviço.....                             | ____/____/____, com o N.º ____ , L.º ____ Fls. ____                                 | N.º ____       |
| <input type="checkbox"/> - Deliberação da Câmara Municipal...                | (N.º 8 do art. 102 do Dec. Lei 555/99, na redacção do D.-L. 177/2001 de 4 de Junho. | de             |
| <input type="checkbox"/> - Desp.º do Presidente da Câmara.....               | O Funcion.º, _____  | ____/____/____ |
| <input checked="" type="checkbox"/> - Vereador do Pelouro Obras Particulares |   |                |

## AUTO DE EMBARGO

☒ - TOTAL☐ - PARCIAL DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO

Aos 03 dias do mês de AGOSTO do ano 2016, pelas 10:30 horas, no SITIO DO MONTE DA PIA - MANTA ROTA - FREGUESIA DE VILA NOVA DE CAELIA e Concelho de Vila Real de Santo António, onde eu, **Mário Ricardo Assis Gomes**, Fiscal Municipal, vim expressamente, em cumprimento do despacho datado de 28/07/2016, do Vereador do Pelouro das Obras Particulares, com vista à notificação do embargo da obra de UM COMPARTIMENTO EM ALVENARIA SOBRE O 1º PISO DA MORADIA ABERTEIRA DE UM ACESSO À VIA PÚBLICA, COLOCAÇÃO DE PORTÃO, ASSIM COMO A CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO NO ALÇADO NORTE DA SUA MORADIA, sem o Alvará ou Autorização de Licença de Construção, tendo como responsável e na qualidade de PROPRIETÁRIO, o SR. JOÃO CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS, residente APARTAMENTO CONSTRUÇÕES, LDA. RUA DA BOALISIA, N.º 10 OUTEIRADA 3105-034 - CARREDE FONBAL, porquanto, verifiquei que as mesmas obras estão descritas na INFORMAÇÃO dos Serviços de Fiscalização datada de 27/07/2016, sobre a qual recaiu o despacho do Vereador do Pelouro das Obras Particulares de 28/07/2016 e que constituem uma infracção prevista e punida pela alínea \_\_\_\_ ) do artigo 102º do Decreto Lei 555/99 de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto Lei 177/2001 de 4 de Junho.

Nestes termos e de acordo com as disposições legais aplicáveis e para que possam ser comprovadas futuras alterações à presente situação da obra, regista-se que o estado actual dos trabalhos em causa é exactamente o seguinte:

A ABERTEIRA DE UM ACESSO PARA A VIA PÚBLICA E COLOCAÇÃO DE PORTÃO ENCONTRAM-SE CONCLUÍDOS, ASSIM COMO A CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO NO ALÇADO NORTE O COMPARTIMENTO EM ALVENARIA SOBRE O 1º PISO DA MORADIA ENCONTRA-SE EXTERIORMENTE POR COLOCAR A CAIXILHARIA A FIM DE PROCEDER AO ENCERRAMENTO DO REFERIDO VÃO DE JANELA ABERTO. A NÍVEL INTERNO NÃO FOI POSSÍVEL VERIFICAR O ESTADO ACTUAL DA OBRA, UMA VEZ DE QUE NÃO SE ENCONTRA NINGUÉM NO LOCAL.

Mais se regista que o EMBARGO ☒ - Total ☐ - Parcial da obra e a SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

foram notificados na pessoa de \_\_\_\_\_,

estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_,

filho de \_\_\_\_\_,

e de \_\_\_\_\_,

natural de \_\_\_\_\_,

na qualidade de \_\_\_\_\_,

de bem assim \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, a quem dei conhecimento que não poderão as obras prosseguir, qualquer que seja o pretexto, e também do teor do artigo 100º sobre o crime de desobediência, bem como da alínea h) do artigo 98º ambos do RJUE, punível com coima graduada de 1500 Euros até ao máximo de 200.000 Euros, nos termos do n.º 5 do artigo 98º do mesmo diploma legal.

De tudo foi testemunha presente, **José Eduardo Guinapo Calhanas**, Fiscal Municipal, desta Câmara Municipal.

O presente auto vai ser assinado pelo embargado, pela testemunha e também por mim **Mário Ricardo Assis Gomes**, embargante que o subscrevo, momento em que entreguei ao (s) notificado (s) duplicados-cópias deste mesmo auto.

O EMBARGADO

\_\_\_\_\_

O EMBARGANTE

\_\_\_\_\_ 

A TESTEMUNHA

\_\_\_\_\_ 

**CERTIDÃO**

Certifica-se que não foi possível notificar o visado por este não estar a residir no Concelho

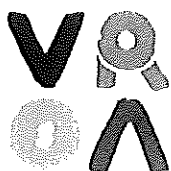
Sugere-se a notificação postal

**Os Fiscais Municipais**

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 



**VILAREALSTºANTONIO**

NUCLEO JURÍDICO, CONTECIOSO E CONTRAORDENAÇÕES

Ex.mo Senhor  
João Carlos Francisco dos Santos  
Monte da Pita - Manta Rota  
8900 Vila Nova de Cacela

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

CO/2016/44

07-11-2016

Salda/2016/6197

**ASSUNTO:** Notificação da Acusação

Processo de contraordenação nº 44/2016

Arguido: João Carlos Francisco dos Santos  
Morada: Monte da Pita - Manta Rota  
Código Postal: 8900 Vila Nova de Cacela  
NIF: 113920130 BI/CC:

Passaporte:

**NARRAÇÃO DOS FACTOS**

No dia 27 do mês de julho de 2016, no Monte da Pita, Manta Rota, em Vila Nova de Cacela, na sequência de diversas reclamações apresentadas nesta Câmara Municipal, António José Guerreiro Gonçalves, Fiscal Municipal, verificou que JOÃO CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS, residente no Monte da Pita, Manta Rota, em Vila Nova de Cacela, e também com residência conhecida na Rua da Boavista, n.ºs 6, 8 e 10 - Outeirada, 3105-034 Carnide Pombal, na qualidade de proprietário, efetuou trabalhos de um compartimento em alvenaria sobre o 1.º piso da moradia sita no Monte da Pita - Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, abertura de um acesso à via pública, colocação de portão, assim como a construção de telheiro no alçado norte da moradia, conforme documentou com fotografias, sem para tal ter sido emitido o Alvará de Licença de Construção, uma vez que as obras executadas não se encontram isentas de licenciamento.

Com a conduta acima descrita infringiu o disposto no artigo abaixo indicado.

O(s) fato(s) anteriormente descrito(s) constitui(em) contraordenação(ões) nos termos a seguir indicados.

|  |   |
|--|---|
| Infração                                 | Iniciou trabalhos de construção na moradia sem a respetiva autorização/licenciamento.   |
| Disposição legal ou regulamentar violada | Artigo 98º, nº 1, alínea a), do Decreto-Lei, nº 555/99, de 16-12-1999 - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação   |
| Coima prevista                           | Artigo 98º, nº 2, do mesmo diploma legal.   |
| Valor                                    | Pessoa Singular: De: 500,00 € a 200.000,00 €<br>Pessoa Coletiva: De: 1.500,00 € a 450.000,00 €  |
| Custas                                   | Artigo 94º do DL Nº 433/82, de 27 out.  |
| Pagamento voluntário                     | Nos termos do artigo 50-A do Decreto-Lei Nº 433/82, de 27 de outubro, querendo, poderá efetuar o pagamento voluntário da coima pelo valor mínimo aplicável, acrescido de custas processuais, sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes. |

**SANÇÕES ACESSÓRIAS** - Simultaneamente com a coima e em função da gravidade da infração e da culpa do agente poderão ser determinadas uma ou mais das sanções acessórias previstas no(s) diploma(s) violado(s).



h. JB

Nos termos do art.º 50º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 244/95 de 14 de setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, fica V.ª Exa. notificado para, querendo, apresentar defesa por escrito<sup>1</sup>, no prazo de vinte dias a contar da data da presente notificação, a fim de alegar o que tiver por conveniente em sua defesa sobre os factos constantes da acusação junta em anexo, podendo constituir advogado de defesa e apresentar provas ou requerer a realização de diligências suplementares, nomeadamente requerer que seja ouvido perante a autoridade administrativa competente, a fim de apresentar a sua defesa.

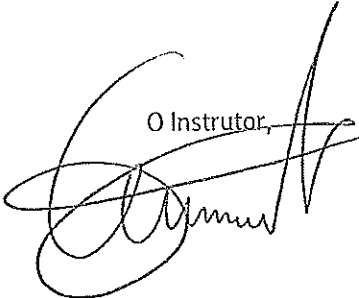
Nos termos do art.º 18º, n.º 1 do mencionado diploma legal, para efeitos de determinação da medida da coima, deverá facilitar dados sobre a sua situação económica, podendo as mesmas vir a representar um facto atenuante na sanção a aplicar.

O despacho de acusação é susceptível de impugnação judicial, no prazo de quinze dias, sendo competente para conhecer do recurso o tribunal em cuja área territorial se tiver consumado a infração, nos termos dos artigos 55º e 61º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro.

No âmbito do Código de Processo Penal, direito subsidiário do processo de contraordenação nos termos do art.º 41º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro, não está V. Exa. obrigado a apresentar defesa e o seu silêncio não poderá ser entendido como confissão nem como reconhecimento da sua responsabilidade contraordenacional.

Com os melhores cumprimentos.

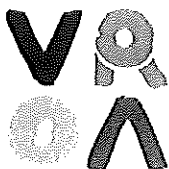
O Instrutor,



<sup>1</sup> Segue em anexo, formulário (*Audição e Defesa do Arguido*) que poderá utilizar para apresentar a defesa escrita, procedendo posteriormente à sua devolução, nos prazos acima indicados.







VILAREALSTºANTONIO

NÚCLEO JURÍDICO, CONTENCIOSO E CONTRAORDENAÇÕES

Ex.mo Senhor  
João Carlos Francisco dos Santos  
Rua da Boavista, 10 - Outeirada  
3105-034 Carnide-Pombal

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

CO/2016/44

07-11-2016

Safda/2016/6198

ASSUNTO: Notificação da Acusação

Processo de contraordenação nº 44/2016

Arguido: João Carlos Francisco dos Santos  
Morada: Rua da Boavista, 10 - Outeirada  
Código Postal: 3105-034 Carnide - Pombal  
NIF: 113920130 BI/CC:

Passaporte:

#### NARRAÇÃO DOS FACTOS

No dia 27 do mês de julho de 2016, no Monte da Pita, Manta Rota, em Vila Nova de Cacela, na sequência de diversas reclamações apresentadas nesta Câmara Municipal, António José Guerreiro Gonçalves, Fiscal Municipal, verificou que JOÃO CARLOS FRANCISCO DOS SANTOS, residente no Monte da Pita, Manta Rota, em Vila Nova de Cacela, e também com residência conhecida na Rua da Boavista, n.ºs 6, 8 e 10 - Outeirada, 3105-034 Carnide Pombal, na qualidade de proprietário, efetuou trabalhos de um compartimento em alvenaria sobre o 1.º piso da moradia sita no Monte da Pita - Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, abertura de um acesso à via pública, colocação de portão, assim como a construção de telheiro no alçado norte da moradia, conforme documentou com fotografias, sem para tal ter sido emitido o Alvará de Licença de Construção, uma vez que as obras executadas não se encontram isentas de licenciamento.

Com a conduta acima descrita infringiu o disposto no artigo abaixo indicado.

O(s) fato(s) anteriormente descrito(s) constitui(em) contraordenação(ões) nos termos a seguir indicados.

|  |  |
|--|--|
| Infração                                 | Iniciou trabalhos de construção na moradia sem a respetiva autorização/licenciamento.  |
| Disposição legal ou regulamentar violada | Artigo 98º, nº 1, alínea a), do Decreto-Lei, nº 555/99, de 16-12-1999 - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.   |
| Coima prevista                           | Artigo 98º, nº 2, do mesmo diploma legal   |
| Valor                                    | Pessoa Singular: De: 500,00 € a 200.000,00 €<br>Pessoa Coletiva: De: 1.500,00 € a 450.000,00 €   |
| Custas                                   | Artigo 94º do DL Nº 433/82, de 27 out, na sua atual redação - €  |
| Pagamento voluntário                     | Nos termos do artigo 50-A do Decreto-Lei Nº 433/82, de 27 de outubro, querendo, poderá efetuar o pagamento voluntário da coima pelo valor mínimo aplicável, acrescido de custas processuais. |

**SANÇÕES ACESSÓRIAS** - Simultaneamente com a coima e em função da gravidade da infração e da culpa do agente poderão ser determinadas uma ou mais das sanções acessórias previstas no(s) diploma(s) violado(s).



Município de Vila Real de Stº. António  
Praça Marquês de Pombal  
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000  
Fax 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

Handwritten signature and initials.



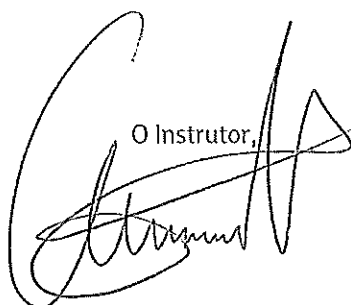
Nos termos do art.º 50º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 244/95 de 14 de setembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, fica V.ª Exa. notificado para, querendo, apresentar defesa por escrito<sup>1</sup>, no prazo de vinte dias a contar da data da presente notificação, a fim de alegar o que tiver por conveniente em sua defesa sobre os factos constantes da acusação junta em anexo, podendo constituir advogado de defesa e apresentar provas ou requerer a realização de diligências suplementares, nomeadamente requerer que seja ouvido perante a autoridade administrativa competente, a fim de apresentar a sua defesa.

Nos termos do art.º 18º, n.º 1 do mencionado diploma legal, para efeitos de determinação da medida da coima, deverá facilitar dados sobre a sua situação económica, podendo as mesmas vir a representar um facto atenuante na sanção a aplicar.

O despacho de acusação é susceptível de impugnação judicial, no prazo de quinze dias, sendo competente para conhecer do recurso o tribunal em cuja área territorial se tiver consumado a infração, nos termos dos artigos 55º e 61º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro.

No âmbito do Código de Processo Penal, direito subsidiário do processo de contraordenação nos termos do art.º 41º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro, não está V. Exa. obrigado a apresentar defesa e o seu silêncio não poderá ser entendido como confissão nem como reconhecimento da sua responsabilidade contraordenacional.

Com os melhores cumprimentos.

O Instrutor,  


<sup>1</sup> Segue em anexo, formulário (*Audição e Defesa do Arguido*) que poderá utilizar para apresentar a defesa escrita, procedendo posteriormente à sua devolução, nos prazos acima indicados.

